

Carrera Municipal de Presidente Medici - RO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº001/2017 AUTORIA: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PORTAL TRANSPARÊNCIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Para garantir o atendimento ao Cidadão, reafirmando o compromisso da atual Mesa Diretora da Câmara Municipal de Presidente Médici, com a transparência na gestão Pública, e usando das atribuições conferidas pelo Art. 6º do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, e em cumprimento a lei complementar 131/2009, que acrescentou dispositivo à lei de responsabilidade fiscal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, JOSÉ ANTONIO DE SOUZA, Presidente, Promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I CONCEITOS.

Art. 1º. O Portal Transparência é um canal pelo qual o cidadão possa ter pleno acesso a todos os dados atinentes a atividade parlamentar, bem como a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos e acompanhe como está sendo utilizado o dinheiro público e ajude a fiscalizar a aplicação do mesmo, podendo acompanhar toda a execução financeira da câmara municipal de Presidente Médici. Estão ficando disponíveis informações sobre os recursos repassados pela Prefeitura Municipal e onde estão sendo empregados.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 2º. Fica estabelecido no âmbito da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, os critérios para a disponibilização das informações a serem divulgadas no "Portal da Transparência" e no site <u>www.camaramédici.ro.gov.br</u>, com vistas ao cumprimento da lei complementar Nº 131/2009, de acordo com os incisos a seguir;





I – É de responsabilidade do Setor de Redação disponibilizar as informações das seguintes "abas" disponíveis no site e "linkadas", quando necessário ao portal da transparência, dentro dos títulos – Atividades Legislativa, Comissões, Legislação, Mesa Diretora, Regimento Interno e Vereadores:

a) Atas das sessões - Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes;

b) Ordem do dia:

c) Comissões Permanentes e Temporárias;

d) Lei Orgânica e emendas à mesma;

- e) Leis Municipais Acompanhar e Organizar para facilitar buscas;
- Decretos Acompanhar e organizar para facilitar buscas;
- g) Resolução Acompanhar e organizar para facilitar buscas;
- h) Mesa Diretora Viabilizar informações atualizadas;

i) Regimento Interno:

j) Legislaturas – (Disponibilizar nome dos vereadores de cada legislatura;

k) Mesa Diretora (Disponibilizar a atual Mesa Diretora);

- Portarias (Disponibilizar portarias de nomeação, exoneração dos servidores da Câmara Municipal, bem como demais postarias);
- m) Presença (disponibilizar folha de Presença de dos Vereadores);

n) Leis (disponibilizar LDO, LOA e PPA);

 o) Plano de Carreira (Disponibilizar lei do Plano de Cargo e Carreira da Câmara Municipal):

II – É de responsabilidade do Diretor Administrativo do legislativo, disponibilizar as informações da seguinte "abas" disponiveis no site e "linkada", quando necessário, ao Portal Transparência,

a) - Setores e Departamentos

- b) Estrutura Administrativa –Dados que deverão ser alimentados dentro do Portal da Transparência.
- III É de responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos disponibilizarem as informações das seguintes "abas!" Disponíveis no site e "linkadas", quando necessário, ao Portal da Transparência, dentro do título Servidores;
 - a) Pessoal e folha de pagamento: No Detalhamento do Crédito deverá constar; Vencimentos, vantagens pessoais, verbas temporárias, produtividade, auxilio alimentação, auxílio saúde, cargo Comissionado, função de confiança total Bruto dos vencimentos.
 - b) No detalhamento dos Débitos: Previdência, Imposto de Renda Retido da Fonte, descontos diversos e total dos débitos.



Campra Municipal de Presidente Medici - RO

 c) Viabilizar informações atualizadas acerca do quadro enumeratório de cargos e a relação de servidores efetivos e comissionados, com indicação dos respectivos cargos e lotação;

 d) Disponibilizar os atos de Nomeação e exoneração dos servidores da Câmara Municipal de P. Médici.

VI – É de responsabilidade do assessor de Comunicação, relações Públicas, cerimonial e Imprensa disponibilizar as informações das seguintes "abas" disponíveis no site e "linkadas" quando necessário, ao Portal da Transparência, dentro dos títulos - Informe Legislativo e notícias.

a) Informe legislativo das sessões;

b) Notícias de atividades dos vereadores extra câmara.

V – É de responsabilidade do Departamento de Contabilidade disponibilizar as informações dentro do portal da Transparência, nas "abas" – Balancetes – TCE/RO, Balanços, empenhos, execução orçamentaria e saído financeiro, liquidações.

a) Nota de empenho, com indicação do objeto e do credor;

b) Liquidação da despesa com indicação de valor e data;

 c) Conforme informações de notas de empenho e Liquidação, o mesmo se dará com o pagamento;

 d) Classificação orçamentária da despesa indicando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

 e) As informações sobre prestação de contas (balanços) Balancetes e Relatório da Gestão Fiscal será disponibilizado no Portal da Transparência no ato da geração no sistema de Contabilidade;

 f) Disponibilizar as diárias recebidas por servidores e vereadores, individualizadas, constando a quantidade e o valor recebido, período de viagem, devendo também, constar forma de deslocamento e o numero de identificação do veiculo, quando couber;

VI – É de responsabilidade da CPL – Comissão Permanente de Licitação disponibilizar as informações das seguintes "abas" disponíveis no site e linkadas quando necessário ao Portal da Transparência, dentro dos títulos – Licitações e Compras:

> Todas as informações relativas às licitações, bem como suas dispensas e inexigibilidades, editais, homologações





e adjudicações deverão ser disponibilizadas nas "sub abas" correspondente a cada caso;

 b) Cada "sub aba" deverá conter o item a que foi destinado, preenchendo adequadamente:

 c) Pregão Eletrônico - Viabilizar a informação com transparência e exatidão;

VII – É responsabilidade da Procuradoria Jurídica, disponibilizar as informações das seguintes "abas" disponíveis no site e "linkadas", quando necessário, ao portal da Transparência dentro do Titulo – Contratos e Convênios.

VIII - É de responsabilidade do Assessor de Patrimônio e Chefe de Patrimônio, disponibilizar as informações das seguintes "abas" disponiveis no Site e "linkadas" quando necessário, ao Portal da Transparência, dentro dos títulos controle de combustível e patrimônio:

- a) Controle de combustivel (demonstrar o quantitativo de combustivel, veículo, destino e condutores);
- b) Patrimônio (Demonstrar o quantitativo atualizado);

Art. 3º As informações deverão estar disponibilizadas com elevado nível de detalhe e de fácil compreensão, utilizando-se notas explicativas sempre que expressões ou terminología técnicas estranhas á maioria demandarem.

Art. 4º As informações dos atos deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência no momento de sua expedição.

Art. 5º Será o chefe do Portal transparência o servidor responsável por acompanhar a disponibilização das informações do Portal da Transparência. Em caso de irregularidade ou omissões será comunicado ao controle interno, desta casa de leis para providências.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento e ou atendimento insuficiente, deverá ser comunicado por escrito ao setor responsável pelas respectivas informações, com vista a sanar possíveis irregularidades.

Art. 6º esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.





PALÁCIO PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 06 de Março de

2017.

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA Presidente da Câmara Municipal

> HANDERSON BRITO 1º Secretário

MARIA CUSTÓDIA V.S. NOVAIS

Vice-Presidente Da Câmara Municipal

MARIO CESAR NUNES

2º Secretario



Cattara Municipal de Presidente Medici-RO

<u>JUSTIFICATIVA</u>

Projeto de Resolução nº 001/2017 Autoria da Mesa Diretora da Camara Municipal

> Senhor Presidente, Senhores (a) vereadores,

Estamos apresentando aos Nobres Edis, a presente proposição que dispõe sobre a regulamentação do Portal da Transparência no âmbito da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, intitulada lei da transparência, que cuidou de inserir na lei de responsabilidade fiscal, normas com vista a assegurar a divulgação das informações relativas à gestão fiscal, de modo a viabilizar o controle social, mediante a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação das políticas públicas.

Esta casa de lei assume o compromisso de dar cumprimento à lei Complementar nº 131 de 27 de Maio de 2009, que trata da divulgação, em tempo real, de informações pormenorizada sobre a execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO).

Certo de contar com a aprovação dos Senhores Vereadores.

Desde já a Mesa Diretora agradece.

PALÁCIO PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 06 de Março de

2017.

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA Presidente da Camara Municipal

> HANDERSON BRITO 1º Secretário

MARIA CUSTÓDIO V.S. NOVAIS Vice-Presidente da Câmara Municipal

> MARIO CESAR NUNES 2º Secretário



Cathara Municipal de Presidente Medici - RO

JUSTIFICATIVA

Projeto de Resolução nº 001/2017 Autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal

> Senhor Presidente, Senhores (a) vereadores,

Estamos apresentando aos Nobres Edis, a presente proposição que dispõe sobre a regulamentação do Portal da Transparência no âmbito da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO, intitulada lei da transparência, que cuidou de inserir na lei de responsabilidade fiscal, normas com vista a assegurar a divulgação das informações relativas à gestão fiscal, de modo a viabilizar o controle social, mediante a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação das políticas públicas.

Esta casa de lei assume o compromisso de dar cumprimento à lei Complementar nº 131 de 27 de Maio de 2009, que trata da divulgação, em tempo real, de informações pormenorizada sobre a execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Presidente Médici-RO).

Certo de contar com a aprovação dos Senhores Vereadores.

Desde já a Mesa Diretora agradece.

PALÁCIO PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 06 de Março de

2017.

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA Presidente da Câmara Municipal

> HANDERSON BRITO 1º Secretário

MARIA CUSTÓDIA V.S. NOVAIS Vice-Presidente da Câmara Municipal

> MARIO CESAR NUNES 2º Sécretário



Cattara Municipal de Co

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PROJETO DE RESOLUÇÃO №. 001/2017 AUTORIA: MESA DIRETORA

A Comissão de Justiça e Redação emite Parecer Prévio AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 001/2017 de autoria da Mesa Diretora, no sentido de que o mesmo seja encaminhado ao Departamento Jurídico desta Casa de Leis, para análise e posterior emissão de parecer quanto ao aspecto gramatical e constitucional da presente matéria.

Sala das Comissões, 07 de Março de 2017.

MARIO CESAR NUNES

Presidente

HÁNDERSON BRITO DOS SANTOS

Relator

Soul Alus-

Membro

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI CÂMARA MUNICIPA

Data: C

Camara Municipal de Presidente Medici - Ri

PARECER N° 006/2017.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2017.

AUTORIA: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPALISTUS de Funcionário

ASSUNTO: REGULAMENTA O PORTAL TRANSPARÊNCIA NO ÂMBITO DA

CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI.

PARECER JURÍDICO Nº 006/2017.

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Presidente Médici, usando de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Municipio, bem como, Regimento Interno da Casa, apresentou a matéria acima mencionada, objetivando REGULAMENTAR O PORTAL TRANSPARÊNCIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - ESTADO DE RONDÔNIA, conforme joeirado na proposição supramencionada.

A matéria autoriza ao Poder Legislativo a disponibilizar em site da rede mundial de computadores, todas as informações referentes a execução financeiro-orçamentária da Administração Publica, bem como, as atividades parlamentares, consoante se colhe da matéria em análise.

De um estudo acurado na proposição denota-se que a mesma tem o objetivo de atender as exigências do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no tocante as recomendações do cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade e publicidade, inseridos no artigo 37 da Constituição Cidadã e demais normas legals que regem a administração publica.

ī

O Projeto de Resolução telado é, clarament de descripto de Resolução telado é, clarament de descripto de municipio e, não há na Lei Orgânica competência do municipio e, não há na Lei Orgânica com de descriptores, nenhuma disposição que o destraria e impeça o seu prosseguimento regimental até posterior deliberação Plenária.

Deveras, a matéria é juridicamente acertada, a fim de assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, com uma gestão mais transparente para a população conhecer as despesas realizadas pelo gestor, bem como, fiscalize os atos administrativos, exercendo o direito da cidadania garantido pela Constituição da República e previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com acesso as informações da gestão publica.

POSITIS, opino pela constitucionalidade, legalidade legitimidade do Projeto de Resolução supramencionado, pois, o mesmo cumpre a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, inovando ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios, bem assim, atende as recomendações do Ministerio Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre o cumprimento dos principlos constitucionale da legalidade e publicidade, inseridos no artigo 37 da Constituição Cidadã e demais normas legais que regem a administração publica.

É minha opiniao jurídica, s.m.j.

Presidente Medici Estado de Rondônia, 07 de

março de 2017.

DB. JOÃO VALDIVINO DOS SANTOS

PROCURADOR JURÍDICO - OAB-RO. 2319



Cantara Municipal de Presidente Medici.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PROJETO DE RESOLUÇÃO №. 001/2017 AUTORIA: MESA DIRETORA

A Comissão de Justiça e Redação emite Parecer Prévio AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 001/2017 DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, devendo o mesmo ser encaminhado ao Plenário desta Casa de Leis para discussão e votação, haja vista esta Comissão ter entendido que a presente matéria atende os aspectos legais e orçamentários.

Sala das Comissões, 07 de Março de 2017.

MÁRIO CESAR NUNES

Presidente

HANDERSON BRITO DOS SANTOS

Relator

ZÉ DO TOME

gosal Alin -

Membro